

Segurança para a economia - Brasil

Criar segurança é um dos objetivos centrais da política econômica. Fundamentos sólidos podem não bastar para o crescimento, mas são indispensáveis. Depois das turbulências dos anos 90, ninguém deveria duvidar dessa verdade simples. No Brasil, a política oficial está claramente orientada para essa tarefa. Isso já se reflete nas condições de crédito encontradas pelo País, embora as agências de classificação de risco demorem a reconhecê-lo. Não se faz política, no entanto, apenas para obter esse reconhecimento. Isso está claro na entrevista do diretor da Área Externa do Banco Central, Daniel Gleizer, ao enviado do *Estado* à reunião de Praga, Fábio Pahim Jr. Nessa entrevista, publicada quarta-feira, ele resumiu o que vem sendo feito, em Brasília, para tornar a economia brasileira mais estável e menos sujeita a choques internacionais.

A parte fiscal talvez seja a mais conhecida. O governo tem procurado limitar o gasto público, aumentar a arrecadação e produzir, ano após ano, um sólido superávit primário. Tem sobrado, assim,

dinheiro para cobrir parte dos compromissos ligados à dívida pública. O objetivo é estabilizar, e depois diminuir, a relação entre essa dívida e o Produto Interno Bruto (PIB). A arrumação fiscal deve ainda incluir, em prazo mais longo, a reforma da Previdência. O diretor do Banco Central apenas mencionou, sem detalhes, o esforço fiscal. Mas a referência, embora sumária, é parte importante de seu raciocínio.

Esses pontos se relacionam com um dos grandes objetivos indicados por Daniel Gleizer: garantir a solvência do setor público. O mercado tem de saber que o governo brasileiro continuará capaz de pagar seus débitos – e, mais que isso, que essa capacidade tende a crescer com a melhora das condições fiscais. Para isso, os condutores da política econômica têm de fixar objetivos de médio e de longo prazo e de manter o rumo escorlhido, mesmo em fases difíceis. Isto, poderia ter acrescentado Gleizer, foi conseguido nos últimos anos, apesar dos problemas cambiais.

Credibilidade envolve transparência. É preciso eliminar a suspeita de que a

orientação possa mudar. Pode ser custoso manter os compromissos de médio prazo, mas abandoná-los, em caso de choque, pode custar muito mais. Exemplo: se a meta de inflação for mantida, mesmo em caso de geada ou de choque de oferta de petróleo, a confiança na autoridade será fortalecida.

A clara definição de alvos e de compromissos pode reduzir os graus de liberdade. Essa é uma das consequências da política de metas de inflação, adotada no ano passado. Essa mudança, no entanto, só ocorreu com a implantação da nova política de câmbio. Abandonou-se o regime de bandas, em que o real flutuava dentro de limites anunciados pelo Banco Central. Ganhou-se, com isso, flexibilidade para acomodar choques externos. Perdeu-se, em consequência, a âncora cambial, usada por quatro anos e meio como instrumento de estabilização de preços. A política de metas foi adotada para substituir essa âncora. Foi necessário re-

comprar, por assim dizer, a confiança na política.

A mudança do regime cambial tornou o País menos atraente para aplicações de curto prazo. O Brasil ficou mais dependente de financiamentos de outro tipo, mas com isso ganhou segurança. Além disso, o ingresso de recursos de curto prazo continua a ser desestimulado pela tributação. Já não interessa

manter reservas "virtuais" (expressão de Gleizer), que custam muito e somem repentinamente.

Com tudo isso, o País está objetivamente

A economia brasileira vem ficando mais segura e o mercado já o reconheceu

mais seguro do que antes da mudança cambial de 1999. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, critérios políticos duradouros tendem a consolidar-se para a gestão das finanças públicas. O mercado financeiro está reconhecendo esses avanços. As agências de classificação, mais uma vez, estão atrasadas. Antes da crise da Ásia, não vieram o desastre. Hoje, temem reconhecer o aumento da segurança no Brasil.